# REGULAMENTO (CE) N.º 10/2002 DA COMISSÃO de 4 de Janeiro de 2002

## que suspende as compras de manteiga em determinados Estados-Membros

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos (1), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1670/2000 (2),

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2771/1999 da Comissão, de 16 de Dezembro de 1999, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho no referente a medidas de intervenção no mercado da manteiga e da nata (3), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1614/2001 (4), e, nomeadamente, o seu artigo 2.°,

## Considerando o seguinte:

O artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 2771/1999 prevê que as compras por concurso público serão abertas ou suspensas pala Comissão num Estado-Membro caso se verifique que o preço de mercado se situou nesse Estado--Membro, durante duas semanas consecutivas, consoante o caso, quer a um nível inferior, quer a um nível igual ou superior, a 92 % do preço de intervenção.

A última lista dos Estados-Membros em que a intervenção fica suspensa foi estabelecida pelo Regulamento (CE) n.º 2281/2001 da Comissão (5). Essa lista deve ser adaptada para atender aos novos preços de mercado comunicados pela Finlândia em aplicação do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 2771/1999. Por razões de clareza, é conveniente substituir essa lista e revogar o Regulamento (CE) n.º 2281/2001,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

## Artigo 1.º

As compras de manteiga por concurso, previstas no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1255/1999, ficam suspensas na Bélgica, no Luxemburgo, na Dinamarca, na Grécia e na Áustria.

#### Artigo 2.º

E revogado o Regulamento (CE) n.º 2281/2001.

#### Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor em 5 de Janeiro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 4 de Janeiro de 2002.

Pela Comissão Franz FISCHLER Membro da Comissão

JO L 160 de 26.6.1999, p. 48.

JO L 193 de 29.7.2000, p. 10. JO L 333 de 24.12.1999, p. 11. JO L 214 de 8.8.2001, p. 20.